



XVI CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA

1,2,3 SETEMBRO 2021
UNIVERSIDADE DO MINHO
CAMPUS DE GUALTAR / BRAGA

*“ensinar exige
alegria e esperança”*

Paulo Freire



ATAS DO XVI CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA

Organizadores

Bento D. Silva, Leandro S. Almeida,
Alfonso Barca, Manuel Peralbo, Regina Alves

Novembro 2021



Universidade do Minho
Instituto de Educação



UNIVERSIDADE DA CORUÑA



ASOCIACIÓN CIENTÍFICA
INTERNACIONAL DE
PSICOPEDAGOGÍA

Ficha técnica

Título

Atas do XVI Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia

Organizadores

Bento D. Silva; Leandro S. Almeida; Alfonso Barca; Manuel Peralbo; & Regina Alves

Editor

Universidade do Minho. Instituto de Educação. Centro de Investigação em Educação

Universidade Minho

4710-057 Braga



Suporte: Eletrónico

Design

ANACMYK

anacmyk@gmail.com

ISBN

978-989-8525-71-0

Novembro 2021



XVI CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA

1, 2 e 3 de setembro de 2021, UMinho, Braga, Portugal

ATAS

**Associação Científica Internacional de Psicopedagogia (ACIP)
Universidade da Corunha, Universidade do Minho**

**Intenções sobre turismo inclusivo: construção de instrumento de avaliação para
famílias de crianças com PEA**

**Intentions on inclusive tourism: construction of an assessment instrument for
families of children with ASD**

Isabel Estrela Rego (0000-0001-6908-2591)*, Suzana Nunes Caldeira (0000-0002-1024-6958), Osvaldo Silva (0000-0002-0269-8153)**, Áurea Sousa (0000-0003-3151-5237)***, Jessica Pacheco (0000-0002-4170-2581)**, Pilar Mota (0000-0001-5087-6164)****, Tânia Botelho (0000-0002-2077-7824)****.**

*** Universidade dos Açores - Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos (IVAR), ** Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc, ***Universidade dos Açores - Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico-Açores (CEEApIA-A), ****Centro de Desenvolvimento InfantoJuvenil dos Açores - CDIJA**

Autor de contacto: Isabel Estrela Rego. isabel.mc.rego@uac.pt

Resumo

O turismo é uma atividade com relevância social por permitir, a par do repouso e do lazer, a ligação com diferentes culturas, pelo que deverá abranger toda a população, incluindo cidadãos com limitações. A promoção de uma política de turismo orientada neste sentido deve considerar a inclusão social e desenvolver estratégias que garantam a acessibilidade de todos os indivíduos. Em Portugal, embora se tenha verificado o desenvolvimento destas estratégias, os esforços parecem focar-se maioritariamente na pessoa com deficiência física, havendo escassez de medidas desenhadas para pessoas com outras limitações, nomeadamente os viajantes com Perturbação do Espectro do Autismo (PEA). O presente trabalho pretendeu alavancar o estudo da viabilidade da criação de um projeto de turismo inclusivo, desenhado especificamente para famílias com crianças com PEA. Para tal, procedeu-se à construção de um questionário que permitisse avaliar as intenções dos cuidadores de crianças com PEA, com foco nas suas motivações, preocupações e preferências relativamente a viagens de turismo e lazer, tendo como destino alvo a Região Autónoma dos Açores. A construção do questionário teve por base a Teoria do Comportamento Planeado, a qual equaciona comportamento humano como sendo guiado pela interação entre crenças sobre prováveis consequências do comportamento, crenças sobre expectativas normativas dos outros e crenças sobre a presença de fatores que podem facilitar ou impedir o desempenho do comportamento. Neste trabalho dá-se conta do racional subjacente ao processo de construção do questionário.

Palavras-chave: Turismo, Autismo, Intenções, Famílias, Instrumento

Abstract

Tourism is an activity with social relevance as it allows, in addition to rest and leisure, the connection with different cultures, so it should insure the participation of the entire population, including citizens with limitations. The promotion of a tourism policy oriented in this sense must consider social inclusion and develop strategies that guarantee the accessibility of all individuals. In Portugal, although these strategies have been developed, efforts seem to focus mainly on people with physical disabilities, with a scarcity of measures designed for people with other limitations, namely travellers with Autism Spectrum Disorder (ASD). The present work intended to study the feasibility of creating an inclusive tourism project, designed specifically for families with children with ASD. To this end, a questionnaire was built to assess the intentions of caregivers of children with ASD, focusing on their motivations, concerns and preferences regarding tourism and leisure trips, targeting, as a destination, the Autonomous Region of the Azores. The construction of the questionnaire was based on the Theory of Planned Behaviour, according to which human behaviour is guided by the interaction between beliefs about probable consequences of behaviour, beliefs about normative expectations of others, and beliefs about the presence of factors that can facilitate or impede the behaviour's performance. In this work, the rationale underlying the questionnaire construction process is presented.

Keywords: Tourism, Autism, Intentions, Families, Instrument

Intenções sobre turismo inclusivo: construção de instrumento de avaliação

O diálogo intercultural assume um papel vantajoso, socialmente, podendo traduzir-se na formação de laços entre indivíduos, ampliando os seus horizontes e resultando em novas aprendizagens (Čordaš, 2014). A indústria do lazer, e especificamente a indústria turística, além de proporcionar uma “fuga à vida quotidiana”, surge como um espaço de relação multicultural privilegiado para a concretização de aprendizagens culturais e interculturais (Brito, 2010). Uma política de turismo respeitadora do ser humano e do ambiente deve ter como objetivo principal assegurar a satisfação das necessidades turísticas de indivíduos de todos os quadrantes sociais, oferecendo serviços e instalações adequados, com respeito pelo meio ambiente (Krippendorf, 2010). A criação desta política, sintonizada com princípios de inclusão social, atende a dimensões como a acessibilidade, a diversidade e a desigualdade, observando de forma particular as necessidades de pessoas com limitações e deficiência.

Em Portugal, verificaram-se esforços de inclusão na área do turismo através da criação da marca *Accessible Portugal*, em 2006. Posteriormente, o turismo inclusivo ganhou visibilidade com a publicação da Resolução da Assembleia da República n.º 132/2012, que recomenda ao Governo o desenvolvimento de uma estratégia integrada que promova o Turismo acessível no país. Esta resolução fomentou a mobilização de várias iniciativas ligadas à temática da acessibilidade, destacando-se a edição do Guia de Boas Práticas de Acessibilidade na Hotelaria, as ações de sensibilização junto dos empresários turístico, a elaboração do Guia de Referência Para Profissionais De Turismo e o Guia de Boas Práticas De Acessibilidade. Em 2016, foi lançado o programa “All for All”, que cria roteiros turísticos acessíveis em todo o país. Com estas e outras medidas, Portugal tornou-se o primeiro país a ganhar o prémio “Destino Turístico Acessível 2019” da Organização Mundial do Turismo, (Ferreira, 2019).

As Perturbações do Espectro do Autismo (PEA) consistem numa desordem do foro neurológico, vitalícia, que afeta a maneira como os indivíduos processam o mundo, manifestando limitações na capacidade de refletir sobre os pensamentos do próprio e os dos outros, condição que conduz a uma perceção muito particular na forma como experienciam a realidade (Fletcher-Watson et al., 2014). O quadro clínico das crianças com PEA é caracterizado por défices de interação social e comunicação, bem como por interesses e atividades repetitivos, de acordo com os critérios do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (American Psychiatric Association, 2013). São ainda comuns as alterações sensoriais, que podem ser do tipo visual, auditivo, somatossensorial, olfativo, tátil, entre outros, e que se podem traduzir em comportamentos específicos, como a dificuldade em reconhecer rostos, intolerância a ruídos, autoagressões, entre outros (Posar e Visconti, 2018).

As alterações no funcionamento destas crianças podem implicar repercussões no seu comportamento em atividades diárias, incluindo a socialização, alimentação e sono, pelo que o quotidiano familiar é marcado por um conjunto de exigências acrescidas (Pinto et al., 2016). Toda esta dinâmica, associada à interseção com outras esferas da vida familiar, parece ter efeitos negativos no bem-estar destas famílias, entre eles o desenvolvimento de sintomas depressivos e *stress*, problemática que tem vindo a ganhar a atenção dos investigadores (e.g., Karst e Hecke, 2012; Troshanska et al., 2019).

Recentemente, um estudo que abrangeu progenitores de crianças com PEA na Região Autónoma dos Açores concluiu que as famílias destas crianças reportavam maiores constrangimentos ao nível do bem-estar familiar e social, referindo menor convívio com os pares, maior circunscrição ao lar e foco prioritário, no dia-a-dia, nos aspetos relacionados com a doença (Matos et al., 2019). Concluiu, ainda, que uma porção significativa dos progenitores estudados experienciou algum tipo de desordem psiquiátrica. Assim, torna-se imperativa a mobilização de estratégias para melhorar os níveis de bem-estar destas famílias. As especificidades sensoriais e percetivas da criança com PEA tendem a criar outro tipo de constrangimentos quando esta se encontra fora da dinâmica construída no lar e, por exemplo, participa em eventos na comunidade ou realiza viagens, pelo que as intervenções que se destinam a este público devem incluir também estratégias específicas para melhorar as experiências da criança e da sua família nestas circunstâncias (Posar e Visconti, 2018).

Para os indivíduos com PEA, viajar e fazer turismo pode ser opressor, pois envolve mudanças na rotina, gera ansiedade e coloca inúmeros desafios de natureza sensorial (Hamed, 2013). O estado de arte acerca do turismo inclusivo aborda, na sua maioria, a situação de crianças com deficiências físicas ou cognitivas generalizadas e revela uma escassez de literatura científica sobre a inclusão das famílias de crianças com PEA. Não obstante, existem diversos projetos de apoio a este grupo, os quais culminaram na preparação e certificação de fornecedores de serviços turísticos para atender estes clientes diferenciados (e.g., *Autism Double-checked*). Em Portugal, embora os esforços realizados ao nível da acessibilidade tenham conduzido o país a um posicionamento de referência a nível mundial, importa agora conhecer melhor a realidade da população com PEA para assim ampliar a inclusão social dessas famílias através do acesso ao lazer e a atividades promotoras de bem-estar, em complementaridade ao acesso à educação e ao trabalho. Acomodar as necessidades de lazer de uma família inteira, especialmente quando esta envolve uma criança com diagnóstico PEA, pode ser particularmente desafiador, uma vez que requer recursos adicionais nas áreas do financiamento, disponibilidade de equipamentos e alojamento adaptados e a capacidade, por

parte dos funcionários, de lidar com as características idiossincráticas destes grupos (Townsend e Puymbroeck, 2013). Consequentemente, pretendeu-se alavancar o estudo da viabilidade de criação de um projeto de turismo inclusivo, especificamente desenhado para famílias com crianças com diagnóstico PEA. Para o efeito, e com o intuito de antecipar as opções dos cuidadores dessas crianças relativamente a viagens de turismo e lazer, tendo como destino alvo a Região Autónoma dos Açores, procedeu-se à construção de um questionário que permitisse avaliar um conjunto de variáveis que se têm revelado como boas preditoras dos comportamentos em diversos domínios. Nas secções seguintes apresentam-se o modelo teórico subjacente à construção do questionário e alguns desenvolvimentos práticos referentes à elaboração do mesmo.

Modelo teórico

A Teoria do Comportamento Planeado (TCP) (Ajzen, 1988, 1991) surge como uma das abordagens consideradas mais proeminentes e influentes na predição do comportamento humano (Ajzen, 2001). Esta teoria teve origem a partir do refinamento da Teoria da Ação Racional (Fishbein e Ajzen 1975), fruto da Abordagem da Ação Racional (AAR) criada por Martin Fishbein, nos anos 60, e expandida em colaboração com Icek Ajzen e outros colaboradores (Moutinho e Roazzi, 2010). Diversos estudos empíricos apoiam a eficácia de intervenções baseadas na AAR (Sheeran et al., 2016), que identifica os determinantes do comportamento humano, sendo este fruto de escolhas conscientes e por vezes espontâneas do ser humano, com base nas crenças do indivíduo acerca daquele comportamento (Fishbein e Ajzen, 2010). De acordo com a TCP, um determinante central da predição do comportamento é a intenção de realizá-lo, sendo esta formulada a partir de diferentes variáveis. Isto é, à medida que o indivíduo formula as suas intenções, presume-se que atenda a três tipos de considerações, que correspondem a construtos estabelecidos e conceptualmente independentes: a) crenças sobre as consequências prováveis de um curso de ação considerado, as quais promovem uma atitude favorável ou desfavorável em relação ao comportamento; b) expectativas normativas percebidas, associadas a indivíduos de referência, que levam à formação de uma norma subjetiva (a perceção de existir uma pressão social para realizar ou não o comportamento); e c) crenças de controlo (fatores que podem favorecer ou impedir a capacidade de realização do comportamento), que conduzem ao controlo comportamental percebido ou capacidade percebida de realizar o comportamento (Ajzen e Albarracin, 2007). Em regra, quanto mais favoráveis forem a atitude e a norma subjetiva, e quanto maior for o controlo percebido, mais forte será a intenção da pessoa de realizar o comportamento em questão; se se verificar um grau de controlo real sobre o comportamento, espera-se que as

intenções sejam concretizadas quando surgir oportunidade (Ajzen, 2006). A intenção é, portanto, considerada o antecedente imediato do comportamento. Contudo, muitos comportamentos podem apresentar-se como sendo de difícil execução, limitando o controlo volitivo, pelo que, para além de se considerar a intenção, é útil observar o controlo comportamental percebido, na medida em que ele pode promover o controlo real e contribuir para a previsão do comportamento em questão (Ajzen, 2006). De acordo com Fishbein e Ajzen (2010), para a construção de um questionário com base na TCP, é necessário clarificar e formular um conjunto de itens de medição direta dos constructos que antecedem as intenções: atitude, normas subjetivas e controlo comportamental percebido.

O entendimento e a predição do comportamento dependem da sua clara definição: se se está a considerar um comportamento (atos observáveis) ou uma consequência comportamental, sendo que a TCP foi formulada com base no primeiro. O comportamento é considerado uma atividade compreensiva, uma vez que abrange o processo que decorre do planeamento até à avaliação da decisão relativa a uma atuação (Paramita et al., 2018). Para serem mensurados, é necessário que os comportamentos sejam claramente definidos e distinguidos quanto à sua tipologia (Ajzen e Fishbein, 1980). Além da definição quanto ao tipo de comportamento a ser investigado (se atos únicos ou categorias comportamentais), outros elementos devem ser igualmente considerados, nomeadamente o alvo, o contexto e o tempo (Fishbein e Ajzen, 2010).

As *intenções* podem ser definidas como disposições para a realização do comportamento, estando este sob controlo volitivo (Ajzen, 1985). Sabe-se que não há uma perfeita correspondência entre intenções e comportamento, sendo esta alvo da interferência de outros fatores. Contudo, as pessoas geralmente agem de acordo com as suas intenções (Moutinho e Roazzi, 2010). Esta correspondência entre intenção e comportamento dependerá de algumas condições, tais como a força da intenção, ou seja, a probabilidade subjetiva de realização de uma ação admitida por uma pessoa, e, ainda, a estabilidade da intenção (Moutinho e Roazzi, 2010). Pretendendo-se efetuar a sua medição direta, é preferível, segundo Ajzen e Fishbein (1980), escolher uma medição em que a intenção do respondente para realizar o comportamento possa ser manifestada de forma precisa, fornecendo-se alternativas de resposta que variem entre totalmente impossível e totalmente possível.

As *atitudes* referem-se à influência pessoal sobre o comportamento e correspondem à avaliação do sujeito para concretizar este último, sendo que desta avaliação resulta um parecer favorável ou desfavorável quanto à ação. Assim, maior será a intenção do sujeito em relação ao comportamento, quanto mais positiva for sua avaliação desse comportamento (atitudes).

Intenções sobre turismo inclusivo: construção de instrumento de avaliação

Ajzen (2006) sugere que as atitudes em relação ao comportamento são determinadas pelas crenças comportamentais, estando estas relacionadas com julgamentos subjetivos sobre o meio e com a avaliação que o indivíduo faz das perdas ou benefícios associados à realização dos comportamentos. Essa crença pode reforçar as atitudes em relação ao comportamento, quando prevê que o comportamento pode vir a trazer benefícios. Uma forma frequentemente utilizada para medir as atitudes é o uso de escalas de diferencial semântico, sendo este diferencial um conceito criado por Osgood e colaboradores (1957).

Outro determinante das intenções e do comportamento corresponde às *normas subjetivas*. Segundo Ajzen e Fishbein (1980), as normas subjetivas dizem respeito à percepção da pessoa quanto à pressão social exercida sobre si para que realize ou não realize o comportamento em questão. As normas subjetivas são formadas por crenças normativas (o que se crê que os outros pensam que se deve realizar) relativas ao grupo de referência. São compostas, também, pela motivação para cumprir em consonância com o que se percebe ser a visão dos pares.

A execução de uma ação não depende apenas das intenções do sujeito, mas também do maior ou menor controlo que este possa sentir sobre o comportamento a realizar. Assim, quando um indivíduo considera ter pleno controlo de uma situação, pode mais facilmente decidir executar ou não uma ação. Duas variáveis parecem estar especialmente associadas ao comportamento futuro: o hábito e a falta de controlo. Algumas ações podem ser tão habituais e rotineiras que as pessoas executam-nas sem prestar muita atenção ou pensar sobre elas. Assim, Ajzen reconhece os efeitos das experiências passadas na execução de comportamentos futuros. Considerando que o *controlo comportamental percebido* pode ser visto como um reflexo da experiência passada face a obstáculos e impedimentos percebidos (Carpenter e Reimers, 2005), produzindo assim uma percepção de controlo que poderá ser mais ou menos favorável à realização do comportamento, estas experiências assumem especial importância na predição do mesmo. Por seu turno, as crenças de controlo, ou a convicção de que estão presentes fatores que podem facilitar ou impedir o desempenho do comportamento, terão influência na percepção do controlo comportamental percebido - a percepção de um indivíduo relativamente a poder executar um comportamento desejado.

Segundo Ajzen (2006), um instrumento para medição de atitudes deverá também contemplar medidas para as características sociodemográficas, variáveis da personalidade e outros fatores do historial do sujeito que o investigador considere importante reter. No presente trabalho e considerando o objetivo de recolha de elementos que possam apoiar a

definição de atividades de turismo e lazer para famílias de crianças com diagnóstico PEA, este aspeto foi tomado em consideração.

Intenções sobre turismo inclusivo: a construção de um instrumento de avaliação

Para avaliar as intenções face ao turismo inclusivo junto de famílias com crianças com diagnóstico PEA procedeu-se à construção de um instrumento, sob a forma de questionário, alicerçado na TCP, atrás sumarizada. Os autores da teoria sublinham que uma predição eficaz do comportamento depende da sua clara definição, pelo que se considerou como comportamento a avaliar a participação num roteiro turístico, na Região Autónoma dos Açores, por parte de famílias com crianças com PEA. Tendo em conta que a formulação da teoria assenta especificamente em atos observáveis, esta avaliação teve como alvo a possível inscrição num roteiro turístico pré-estabelecido por parte dos respondentes e, como contexto, a realização de atividades numa das ilhas da Região Autónoma dos Açores. Os marcadores temporais correspondem à duração do roteiro, que neste caso seria de cerca de uma semana, no período da interrupção letiva do verão. Considerando os componentes da TCP, foram concebidos itens de medição direta para cada um dos quatro construtos identificados: atitudes, normas subjetivas, controlo comportamental percebido e intenções.

No que concerne ao construto de atitude, uma forma frequentemente utilizada para a sua medição é a utilização de uma escala de diferencial semântico. A construção dos itens seguiu esta linha de medição, gerando-se afirmações como “Integrar um roteiro turístico nas ilhas dos Açores, durante uma semana, com a minha família, seria:”. O respondente tem a possibilidade de avaliar cada item através da sua posição num conjunto de atributos expressos em pares de adjetivos opostos, como “Desconfortável”/“Confortável” entre outros, situados em cada extremidade de uma escala de cinco pontos. As normas subjetivas podem ser mensuradas através de uma escala bipolar e devem refletir a perceção do respondente acerca da pressão social para executar ou não o comportamento em análise. Os itens de medição direta traduziram-se em afirmações como: “A maioria das famílias como nós participa em roteiros turísticos”, com opção de resposta consoante uma escala de tipo Likert, de cinco pontos a variar entre o “Discordo Totalmente” e o “Concordo Totalmente”. No que concerne ao controlo comportamental percebido, os itens de medição direta para esta variável basearam-se em afirmações como: “Sinto que a nossa família seria bem-sucedida num roteiro turístico nas ilhas dos Açores, durante uma semana”. A opção de resposta contempla uma escala de tipo Likert, de cinco pontos, com alternativas de resposta que variam entre o “Discordo Totalmente” e o “Concordo Totalmente”. Complementarmente, os autores do modelo frisam o impacto da presença de fatores que podem facilitar ou impedir o desempenho

Intenções sobre turismo inclusivo: construção de instrumento de avaliação

do comportamento. Assim, reconhecendo que as experiências passadas das famílias de crianças com PEA podem ter repercussões no seu comportamento futuro, dedicou-se uma secção do questionário à avaliação das experiências passadas no âmbito de atividades de turismo e das particularidades decorrentes destas vivências, bem como das expectativas subjacentes a experiências do mesmo tipo. Este segmento foi composto por itens de medição como “A minha família costuma fazer viagens turísticas durante as férias” oferecendo diversas alíneas de resposta, no formato de uma escala Likert de cinco pontos, a variar entre “Nunca”/“Sempre”. Para medir o construto de intenção, um exemplo de item utilizado foi: “Dada a oportunidade, tentaremos integrar um roteiro turístico nas ilhas dos Açores, durante uma semana, com toda a família”. As opções de resposta estão patentes numa escala de tipo Likert, de cinco pontos, com alternativas a variar entre o “Discordo Totalmente” e o “Concordo Totalmente”.

Adicionalmente aos itens de medição direta dos componentes da TCP, foram elaborados outros especificamente referentes às particularidades da criança com PEA, abrangendo a medição de aversões sensoriais através de questões como “O que mais o/a incomoda num determinado espaço?”. Para essas questões são apresentados diversos pares de atributos contrários, como por exemplo “Amplio”/“Estreito”, que os respondentes avaliam através de uma escala de cinco pontos. Com base nas atividades tipicamente desenvolvidas em contexto turístico, foram ainda elaborados itens para medir os interesses da criança com diagnóstico PEA. Afirmações como “Andar de avião seria:”, com opções de resposta em escalas de cinco pontos entre posições como “Tolerável” e “Intolerável”, entre outras, ilustram os itens dessa secção do questionário. No seu todo, este instrumento encontra-se dividido por três secções, agrupando o vasto conjunto de itens criado. A primeira secção, correspondente aos Determinantes do Comportamento Planeado, é composta por 13 itens com diversos subitens, que reportam às variáveis: atitudes, normas subjetivas, controlo comportamental percebido, intenções, experiências passadas do respondente no âmbito de atividades de turismo e os interesses e aversões da criança com PEA. A segunda secção corresponde às Expectativas de Famílias de Crianças com PEA Sobre Viagens de Lazer. É composta por cinco itens, que reportam para experiências passadas do respondente no âmbito de atividades de turismo, bem como para o nível de preocupação com aspetos desse contexto. Por fim, a terceira secção compreende os dados sociodemográficos e informações adicionais dos cuidadores, da família e da própria criança com PEA, sendo composta por 35 itens.

Posteriormente à construção dos itens de medição direta, procedeu-se à fase da reflexão falada do questionário, com o intuito de tornar o seu preenchimento mais fácil e

eficaz. Desta fase resultaram alterações na composição dos itens de medição direta, tanto ao nível da formulação como nas opções de resposta oferecidas. A título de exemplo, embora seja sugerido o uso de uma escala de diferencial semântico para os itens de medição direta de atitudes, verificou-se que os respondentes demonstraram dificuldades na compreensão das instruções e na resposta a este tipo de escala. Estas limitações conduziram à alteração das opções de resposta para a medição das atitudes, recorrendo-se, à semelhança das restantes escalas, a itens em formato de escala Likert, na qual, para cada adjetivo proposto, o respondente pode responder numa escala que varia de “Concordo Completamente” a “Discordo Completamente”.

Atualmente, após modificações na estrutura e configuração do instrumento, o questionário encontra-se em fase de teste piloto, para análise da sua eficácia na medição das intenções dos respondentes em participar num roteiro turístico, acompanhados pela criança com PEA e familiares, na Região Autónoma dos Açores. Em seguida, está prevista a fase de estudo das características psicométricas do instrumento, ao nível da validade, da confiabilidade.

Referências

- American Psychiatric Association (2013). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5* (5ª ed.). Artmed.
- Ajzen, I. (1985). From intentions to actions: A theory of planned behavior. Em J. Kuhl & J. Beckmann (Orgs.), *Action Control: From Cognition to Behavior* (pp. 11-39). Springer.
- Ajzen, I. (1988). *Attitudes, personality, and behavior*. Dorsey Press.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179-211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- Ajzen, I. (2001). Nature and Operation of Attitudes. *Annual Review of Psychology*, 52, 27-58. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.27>
- Ajzen, I. (2006). *Constructing a TPB Questionnaire: Conceptual and Methodological Considerations*. Consultado a 10 de 08 de 2021. https://www.researchgate.net/publication/235913732_Constructing_a_Theory_of_Planned_Behavior_Questionnaire
- Ajzen, L., & Albarracín, D. (2007). Predicting and changing behavior: A reasoned action approach. In I. Ajzen, D. Albarracín, & R. Hornik (Eds.), *Prediction and Change of Health Behavior: Applying the Reasoned Action Approach* (pp. 3-21). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9780203937082>

- Ajzen, I. & Fishbein, M (1980). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. Prentice Hall.
- Brito, L. M. L. M. (2010). *O guia-intérprete facilitador do turismo intercultural*. [Dissertação de Doutorado não publicada]. Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/11646>
- Carpenter, T. D., & Reimers, J. L. (2005). Unethical and fraudulent financial reporting: Applying the theory of planned behavior. *Journal of Business Ethics*, 60(2), 115-129. <https://doi.org/10.1007/s10551-004-7370-9>
- Čordaš, M. (2014). *Intercultural communication*. [Dissertação de graduação não publicada]. Universidade de Osijek. <https://urn.nsk.hr/urn:nbn:hr:142:662033>
- Ferreira, M. (2019, setembro). *Portugal é o melhor destino turístico do mundo para pessoas com deficiência*. Observador. Consultado a 20 do 07 de 2021. <https://observador.pt/2019/09/10/portugal-e-o-melhor-destino-turistico-do-mundo-para-pessoas-com-deficiencia/>
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention, and behavior: An introduction to theory and research*. Addison-Wesley.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (2010). *Predicting and changing behavior: The reasoned action approach*. Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9780203838020>
- Fletcher-Watson, S., McConnell, F., Manola, E. & McConachie, H. (2014). Interventions based on the Theory of Mind cognitive model for autism spectrum disorder (ASD). *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 3. <https://doi.org/10.1002/14651858.CD008785.pub2>
- Hamed, H. M. (2013). Tourism and autism: An initiative study for how travel companies can plan tourism trips for autistic people. *American Journal of Tourism Management*, 2(1), 1-14. <https://doi.org/10.5923/j.tourism.20130201.01>
- Karst, J. S., & Hecke, A. V. V. (2012). Parent and family impact of autism spectrum disorders: A review and proposed model for intervention evaluation. *Clinical Child And Family Psychology Review*, 15(3), 247-277. <https://doi.org/10.1007/s10567-012-0119-6>
- Krippendorff, J. (2010). *Holiday makers*. Taylor & Francis.
- Matos, P., Romão, B., Mota, P., Botelho, T., Caldeira, S., Rego, I., Silva, O., Sousa, A. (2019). *Compreendendo a família de uma criança com Perturbação do Espectro do Autismo* [Comunicação Oral]. IV Congresso Internacional Interdisciplinar da Criança e do Adolescente. Ponta Delgada, Portugal.

- Moutinho, K., & Roazzi, A. (2010). As teorias da ação racional e da ação planejada: relações entre intenções e comportamentos. *Avaliação Psicológica*, 9(2), 279-287. <https://goo.gl/PND8ki>
- Osgood, C. E., Suci, G. J., & Tannenbaum, P. H. (1957). *The measurement of meaning*. Illinois Press.
- Paramita, R. S., Isbanah, Y., Kusumaningrum, T. M., Musdholifah, M., & Hartono, U. (2018). Young investor behavior: implementation theory of planned behavior. *International Journal of Civil Engineering and Technology*, 9(7), 733-746. https://www.researchgate.net/publication/327335452_Young_investor_behavior_implementation_theory_of_planned_behavior
- Pinto, R. N. M., Torquato, I. M. B., Collet, N., Reichert, A. P. D. S., Souza Neto, V. L. D., & Saraiva, A. M. (2016). Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(3). <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572>
- Posar, A., & Visconti, P. (2018). Sensory Abnormalities in Children with Autism Spectrum Disorder. *Jornal de Pediatria (Versão em Português)*, 94(4), 342-350. <https://doi.org/10.1016/j.jpmed.2017.08.008>
- Sheeran, P., Maki, A., Montanaro, E., Avishai-Yitshak, A., Bryan, A., Klein, W. M. P., Miles, E., & Rothman, A. J. (2016). The impact of changing attitudes, norms, and self-efficacy on health-related intentions and behavior: A meta-analysis. *Health Psychology*, 35, 1178–1188. <https://doi.org/10.1037/hea0000387>
- Townsend, J., & Van Puymbroeck, M. (2013). Understanding the intentions of families with a child with autism to participate in a family recreation program: A pilot study. *American Journal of Recreation Therapy*, 12(1), 16-22. <https://doi.org/10.5055/ajrt.2013.0036>
- Troshanska, J., Trajkovski, V., Jurtoski, F., & Preece, D. (2019). The impact of ASD on Macedonian families and their experience of parent education. *Journal of Special Education and Rehabilitation*, 19(3-4) 127–138. <https://doi.org/10.19057/jsrer.2019.44>